

Meio Ambiente: Um Ensaio em Perspectiva Histórica

Werner Altmann

A questão ecológica e do meio ambiente, sempre presente no continente americano pelo caráter intrinsecamente predador do colonianismo, atinge hoje proporções alarmantes, pois começa a pôr em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Na verdade, aquele caráter, que é da essência do capitalismo, viu-se acrescentado no continente americano em proporções gigantescas pelo colonialismo. Marx já havia observado:

A descoberta da terra do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravidão e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da América em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais de acumulação primitiva.¹

A partir de então, a ação predatória sobre as riquezas minerais e sobre as matérias-primas tornou-se uma constante que perdura até hoje. Na América, levava de roldão igualmente o ser humano. A mão-de-obra aviltada ao máximo está na base do colonialismo. As massas marginalizadas de nossos dias têm sua origem na escravidão indígena e negra que marcou de forma indelével a história do continente.

Esta mão-de-obra envilecida, disponível para a exploração, tem, ao mesmo tempo, um papel específico na ação destruidora. No Brasil da segunda metade do século XX, este enlace dos deserdados da sorte com a destruição está visível no avanço da fronteira agrícola. Veja-se, a propósito, a presença de pequenos agricultores gaúchos na Amazônia.

Na ausência de uma reforma agrária, a crise do minifúndio no Rio Grande do Sul, que está dando lugar à grande plantação de soja e trigo, especialmente na zona serrana daquele estado, tem sido “resolvida” com a transferência de milhares de pequenos agricultores, já sem terras, para as zonas de fronteira colonizatória no Centro-Oeste e no Norte do País. Lá, o papel primordial desempenhado pelo imigrante sulino, como também pelo nordestino — e aí reside outra característica original da fronteira do Centro-Oeste, estendida já agora para a Amazônia —, é o de desbravar a mata, enfrentar o seu eventual ocupante, o indígena, para dar lugar à criação de gado ou à grande empresa, em regra agroindustrial. Transformado em itinerante pela fronteira em expansão, a ele restará apenas prosseguir em

direção a novas matas para desbravar e a novos indígenas para enfrentar, marcando de forma inequívoca o caráter de afluxo/rejeição a que o migrante está permanentemente submetido.

A reprodução do sistema, com a manutenção de estruturas tradicionais gravitando sempre em torno do latifúndio, e o completo favorecimento da grande propriedade privilegiadora da exploração agropecuária comercial rentável — com ampla vocação para exportação — acentuam o crescente caráter “neocolonial” do modelo de desenvolvimento brasileiro. Um tal capitalismo, centralizado no campo e que não se completa integralmente, permite repetir o que Gunnar Myrdal disse a respeito do sistema de *plantation*, isto é, que se trata de uma “encarnação capitalista do feudalismo”².

Assim, com a “função” de escamotear a reforma agrária, encobrimdo e desviando sua real necessidade, o modelo exportador acaba reproduzindo o sistema e apresentando o traço adicional de degradar o meio ambiente numa escala sem precedentes. Mas a fronteira agrícola está se esgotando, se nossa avaliação circunscrever-se aos limites geográficos oficiais do Brasil. Lembre-se, nesse particular, que a fronteira agrícola brasileira já invadiu o Paraguai. Não se descarta a possibilidade de o mesmo vir a ocorrer também no norte da América do Sul.

Além disso, uma questão correlata, nesse momento, é a de como estancar o extermínio dos índios que está em andamento. A destruição dos indígenas *pari passu* à da natureza, subjacente ao avanço da fronteira agrícola, é um problema ao qual não tem respondido adequadamente os grandes projetos em curso na Amazônia. Quanto a estes, ligados ao Conselho de Segurança Nacional e invariavelmente eivados de tecnocratismo e ausentes de transparência na sua elaboração e execução, podem apresentar distorções não previstas por planejadores de gabinete e decorrem da “quase total ausência de noção de escala e conhecimento da realidade regional que administradores mal-avisados têm sobre o imenso conjunto territorial da Amazônia brasileira”³.

Há, por isso, muitas dúvidas sobre o Projeto Calha Norte. Criado em 1985 pelo Exército, Marinha e Aeronáutica reunidos e usando a Seplan como repassadora de recursos, permaneceu, na categoria *top secret*, desconhecido da cidadania brasileira até o ano de 1987. É um projeto de impacto, com 80% do orçamento destinado à instalação de aeroportos, casernas e postos de controle fronteiriços. Está voltado, portanto, à integração da fronteira, o que lhe dá uma razoável importância inicial, pois permite uma ação de força diante de eventuais distúrbios de guerrilhas ou de tráfico de drogas ou minerais. As questões passíveis de discussão — e então a falta de transparência é um problema — são referentes à presença de milhares de índios em sua área de abrangência e à abertura da região para o poder econômico.

Em realidade, o que move o processo todo é o grande capital nacional e internacional e suas necessidades de acumulação. O projeto, assim,

acaba funcionando como “abridor de caminhos” e “executor de tarefas”. A retirada da proteção ao índio é sucedida pela oferta de educação e outros benefícios. Os projetos proliferam sempre em regiões de densa população indígena — a Calha Sul no Solimões, por exemplo, tem 22.000 índios. E o índio fica, então, “disponível” para a exploração ou destruição.

O financiamento desses grandes projetos vem de fora, com o Banco Mundial à frente. Fazem parte e estão no bojo do sistema capitalista internacional e são, por sua vez, sempre seguidos por pequenos projetos, localizados, setorizados. Por exemplo: no campo da saúde, combate à malária; para o meio ambiente, um pequeno reflorestamento; etc.

A Amazônia revela isto de modo cabal: devasta-se, retira-se e devolve-se em pequenas parcelas. Levantamento feito entre junho e agosto de 1989 revela que foram registradas 11.402 queimadas no Mato Grosso do Sul, 20.587 em Goiás e mais de 25.000 no Mato Grosso, enquanto a Amazônia legal sofreu, em um ano, a ação de 213.500 queimadas⁴. Segundo Volker Kirchhoff, pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) de São José dos Campos, foram desmatados, em 1988, 3,5 milhões de hectares de florestas na Amazônia, o que permitiu ao prof. Joésio Euclécio Siqueira, da Universidade Federal do Paraná, calcular que a devastação da floresta Amazônica ocorrida no ano passado redundou numa perda, para o País, de no mínimo US\$9,1 bilhões, o equivalente a 8% da dívida externa brasileira⁵.

O modelo, no entanto, não vale apenas para a Amazônia, corresponde a todo o Brasil. E os projetos ambientalistas setorizados marcham invariavelmente atrás da destruição generalizada. É o caso da Mata Atlântica brasileira: com 1,5 milhão de hectares em 1930, reduz-se, hoje, a 58 mil hectares descontínuos e estará inteiramente extinta em apenas três anos, caso a devastação se mantenha no ritmo atual⁶.

Esta realidade permite-nos a imediata relação com o fenômeno equivalente das grandes corporações químicas que mostram preocupações com o meio ambiente. A *Du Pont* estadunidense, por exemplo, está anunciando que vai aumentar o salário dos gerentes que mostrem conhecimentos de questões ambientais⁷. Ao fazer o anúncio, Edgar Woolard, novo presidente da empresa, referiu-se ainda a outros itens do programa, como o compromisso de reduzir a produção de refugos prejudiciais à natureza e da criação de áreas de refúgio ecológico para plantas e animais silvestres. (Somadas, estas áreas deverão ter 2,5 mil km², situadas em torno das unidades de produção da *Du Pont*). Apelou ainda para que os fabricantes se unam, mostrando um “ambientalismo de corporação”. Em jantar promovido pela Câmara de Comércio dos EUA em Londres, disse não querer ser apenas o dirigente da *Du Pont*, mas também um “dirigente ambientalista”. O *Financial Times* lembrou que os primeiros a anunciar medidas nesse sentido foram os ocidentais *Basf*, *Bayer* e *Hoechst*, pressionados pelo protesto popular e pelas exigências do governo alemão que vem implantando uma legis-

lação cada vez mais rígida no trato das questões ambientais⁸. Em suma: tenta-se recuperar “no varejo” a destruição “no atacado”.

Quanto à cobiça sobre a região amazônica, na perspectiva do capital internacional, a tendência mais recente está expressa no crescente interesse pela atividade mineral e já não pela agricultura. Ainda que o *agribusiness* seja interesse de grupos estrangeiros, na Amazônia a questão está se deslocando visivelmente para o campo mineral.

Observam-se, assim, empresas transnacionais vendendo suas propriedades fundiárias e o Banco Mundial vetando projetos de hidrelétricas ou o da estrada do Acre, por exemplo. Não se ignore aí, é evidente, o papel desempenhado por pressões populares no sentido da proteção da floresta tropical, em que, diga-se de passagem, a extração de minerais é menos predatória que a transformação em pastagem.

Nesse sentido, alcançou invulgar magnitude a campanha de pressão sobre o Banco Mundial, cuja direção se reuniu em Berlim Ocidental de 26 a 30 de setembro de 1988⁹. A entidade ecológica *Robin Wood*, prevê até a destruição completa da floresta tropical brasileira em 10 anos se a devastação mantiver o ritmo de hoje. O mesmo posicionamento assume o biólogo Thomas Lovejoy, diretor de assuntos externos do *Smithsonian Institute* de Washington, ao declarar que “o Brasil tem apenas 10 anos para salvar a Amazônia. Depois disso, a região não terá uma segunda chance”¹⁰.

Independente do sentido dessas denúncias — que marcham, em grande medida, a reboque do processo econômico que move as grandes corporações da agricultura para a busca do mineral —, o fato é que, de maneira crescente, os interesses ainda voltados para a agricultura são preponderantemente os do capital nacional. Para o internacional, o “desbravamento inicial”, com a derrubada da floresta para dar lugar à pastagem, correspondeu a uma etapa já superada, agora substituída pela do avanço sobre os minerais.

Os governos de nações dependentes, por outro lado, são frequentemente omissos ou impotentes, quando não têm muitos de seus integrantes corrompidos pelos interessados no processo devastador. O Brasil, no entanto — e por mais contraditório que isto possa parecer à primeira vista —, acaba tendo, nesta questão, invulgar poder de barganha. Tal qual a questão da dívida externa, pela própria gravidade da situação, o Brasil tem condições de propor uma discussão internacional sobre a própria sobrevivência da humanidade. Um governo com respaldo popular poderia obter também capitais “saudáveis”, isto é, desinteressados no lucro explícito e imediato e interessados em soluções para a problemática ambiental.

Nesse sentido, um papel relevante poderá ser exercido por governos de nações eventualmente afetadas pela destruição do meio ambiente no Brasil. A Holanda, sem dúvida, poderá ser catalogada neste caso. Seu exemplo é significativo. Se por acaso o efeito estufa vier a produzir a subida do nível das águas oceânicas a ponto de ameaçar a própria continuidade da existência da Holanda como nação, competiria ao Brasil, de modo soberano,

aceitar os recursos e projetos que a Holanda se dispusesse a desenvolver. Só um falso nacionalismo sugeriria “abrir guerra” contra esta nação, o que, de resto, não permitiria solução nenhuma.

Na essência, a questão é de autonomia nacional. E esta, numa nação soberana, passa também pela capacidade de exercício da solidariedade internacional. Nesse sentido, o já difundido *slogan* “a Amazônia é dos brasileiros” soa bastante ambíguo. De que brasileiros se trata? De alguns capitalistas — e estes obviamente ligados ao capital internacional — ou da sociedade como um todo? E a quem compete o acesso aos minérios? E às riquezas todas?

Porque hoje o que se presencia é a tomada da Amazônia pelo capital nacional e internacional, os quais podem ter também, é evidente, divergências entre si quanto a alguma questão e podem até disputar certas áreas ou riquezas.

Em realidade, o capitalismo tem um caráter intrinsecamente predatório. Apresenta, no entanto, uma contrapartida que é a da reconversão e recomposição daquilo que foi depredado. Pelo menos, esta característica sempre se evidenciou nos países de capitalismo central. Claro, predação também houve nas metrópoles desde a ascensão do capitalismo e, com o advento do estágio industrial, se intensificou sobremodo. São bem conhecidos os episódios relacionados com o surgimento da Revolução Industrial, na Inglaterra especialmente, com a expulsão dos camponeses de suas terras, transformados em vagabundos para serem levados às *plantations* açucareiras nas Antilhas, num primeiro momento, e em operários nas fábricas, logo após.

Não existe, entretanto, nenhum sentido em dizer-se “eles também depredaram”. Às vezes, também equilibraram depois e, com frequência, às custas da depredação no Terceiro Mundo: exportando indústrias poluidoras por excelência, como a da celulose, descarregando lixo atômico ou através de barcos jogando lixo e fazendo “limpeza” no Atlântico Sul. Parece evidente, no entanto, que a questão necessita ser vista no âmbito global do sistema capitalista. De qualquer forma, a acusação “eles também depredaram” não aponta para nenhuma solução, nem contempla solução de qualquer espécie ficar-se discutindo quem polui mais ou menos.

Há, hoje, a necessidade imperiosa da reversão de um processo secular e a questão dramática é que agora se está chegando ao esgotamento de fontes vitais do planeta. Na verdade, nunca foi diferente — apenas chega-se ao limite da impossibilidade de reposição. E isto exige a superação das desculpas e meios-termos e um posicionamento e uma atuação concretos e radicais. Ou deixa-se a situação correr para o desastre final ou salva-se o meio ambiente, quer dizer, o planeta, a humanidade.

Esta a necessidade real e aí estamos diante, de novo, da questão da autonomia nacional. A solução do problema é, em suma, uma questão política básica. O uso do solo, dos minerais, dos recursos todos deve ocorrer em benefício da sociedade. Para isto, apenas o crescimento de uma ação

popular lúcida e consciente poderá salvar a Amazônia e dar uma destinação social ao uso da natureza, dos minerais e de todas as demais riquezas do País. O que, é evidente, depende da capacidade de mobilização popular. Descarte-se, desde logo, por inócuos e irrelevantes, preocupações ou movimentos destinados a poluir em menor proporção, etc. O processo está revestido de uma globalidade visceral: ou ele é estancado em bloco ou prossegue na sua fúria devastadora.

Por outro lado, o sucesso dessa ação popular interna depende, em grande medida, de um enlace com os movimentos populares preservacionistas nas nações do chamado Primeiro Mundo. Como estes movimentos já existem e revelam crescente solidez, não haveria necessidade de mobilização neste sentido. A aliança se dará de forma relativamente natural, se os movimentos em âmbito interno forem fortalecidos pela crescente e decidida ação da cidadania.

Esta ação terá, fatalmente, de posicionar-se diante de propostas inesperadas e envolventes, como a do Partido Nacional Democrata (SPD) alemão, que propõe uma “reforma ecológica da sociedade industrial”¹¹. Tal reforma é apresentada à frente de um programa para as eleições de 1990, quando o SPD tentará conquistar o governo da RFA e colocar como chanceler seu presidente, Oskar Lafontaine. Esta “reforma ecológica da sociedade industrial” seria conseguida a partir da implementação de um imposto ecológico, o “eco-imposto” (*Öko-Steuer*).

A idéia em si não é nova e retoma uma idéia original do Partido Verde exposta, em 1986, no documento “Reforma da Sociedade Industrial”. O *Öko-Steuer* estaria, na proposta do SPD, circunscrito a uma sobretaxação da gasolina, procedimento que diminuiria a poluição do ar e, ao mesmo tempo, proporcionaria ao estado 30 bilhões de marcos extras por ano para subvencionar programas ecológicos e sociais.

Esta proposta corre na esteira de uma tendência procedente das próprias necessidades de sobrevivência e reprodução do sistema. Assim, o economista alemão Horst Siebert crê que as forças de mercado — e não o imposto — podem salvar o meio ambiente¹². Para isso, propõe a criação de “cotas de poluição” que, estabelecidas pelo governo, poderiam ser adquiridas pelas empresas pelo “uso” — e “abuso” — do meio ambiente. O direito de poluir, portanto, seria pago, mas a diminuição substancial da emissão de poluentes poderia permitir à determinada empresa até mesmo comercializar cotas excedentes. Assim, ao defender a extensão do *Öko-Steuer* para a esfera industrial, Siebert amplia os fatores de produção para além dos usuais capital e trabalho — e eventualmente a “informação” —, acrescentando o ecológico como o mais novo fator de produção.

De qualquer forma, o denso e sofisticado mercado alemão ocidental já é, em grande parte, “verde”. No ano de 1988, este mercado movimentou a espetacular cifra de 6,3 bilhões de marcos e até o ano 2000 a estimativa é de o setor atingir 9,9 bilhões de marcos¹³.

Segundo Robert Dilenschneider, presidente da empresa *Hill and Knowlton Inc.*, dos EUA, “a ecologia é um dos três itens de maior importância dentro de uma política empresarial de relações públicas e o tema deverá ser bem trabalhado por todas as instituições interessadas em manter uma imagem ‘moderna’ a partir do próximo século”¹⁴. Na Inglaterra, ao mesmo tempo em que a companhia petrolífera Shell brindava seu apoio para a criação da revista *Green Magazine* com tiragem prevista de 250 mil exemplares, o jornal *The Guardian* lançava em setembro o *Environment Guardian*, caderno dedicado integralmente ao meio ambiente com o objetivo de “atrair anúncios classificados de oferta de empregos de grupos privados e públicos ligados ao meio ambiente, assim como de empresas preocupadas com a venda de uma imagem verde”¹⁵.

Assim, os movimentos de defesa integral do meio ambiente terão de fazer frente, no fim das contas, a este “cerco” irrefreável ou a atraentes e questionáveis propostas que, caso se esvaiam em si mesmas, talvez sejam meramente protelatórias de soluções concretas e visem, de alguma forma, à perpetuação do sistema — em que, desde que pagando, é permitido poluir. Esta ação, que terá de ser cada vez mais decidida e obstinada, a partir da consciência integral da globalidade do problema, deverá contemplar, então, da mesma forma, os infundáveis fatores de perturbação que o próprio sistema é capaz de produzir, não se deixando por eles enredar e superando-os no decorrer do processo.

Tenha-se presente, ademais, que o esbanjamento e a utilização de matérias-primas que não se podem repor são inerentes à compulsão de acumular capital e são rebocados pela própria acumulação de capital. Veja-se, então, que na ausência de freio para tal compulsão, uma freqüente consequência perversa está expressa nas célebres “campanhas” em que se fazem apelos, na verdade, às vítimas da destruição ecológica, àqueles que nada podem fazer: os assalariados, a população em geral, que não tem nenhum poder de decisão a este respeito, as crianças nas escolas... No âmbito do sistema, no entanto, estas campanhas têm “sentido”, contribuem para sua perpetuação, pois induzem um sentimento generalizado de impotência, a idéia de que certo grau de destruição é inevitável, que as coisas são assim mesmo, o máximo que se pode fazer é minimizar seus efeitos (“não sujar tanto as coisas”, “tratar de cuidar”, “o problema é de todos”, etc.).

É comum ouvir-se, então, o chamamento à responsabilidade da sociedade para o estancamento do processo de destruição considerado natural e que deve ser combatido de alguma forma abstrata, já que não são oferecidas propostas concretas para tal. Ouve-se, então, falar de uma destruição impessoal da natureza, de um monstro ao qual não dão cara e que come paisagem, suga o ar que se respira e suja a água que se bebe. Esse monstro, no entanto, tem cara — há que desvendá-la —, tem nome e pode, portanto, ser reconhecido, ainda que queiram transformá-lo no fantasma que, ao fim das contas, de fato acaba sendo.

Numa sociedade em que a propriedade dos meios de produção é privada, a destruição da natureza é de origem também privada. As lutas pela preservação da natureza não se distinguem, pois, em essência, da luta de classes. Se aos proprietários cabe dispor livremente das riquezas sociais, destruindo-as na busca do lucro, aos destituídos cabe o movimento contrário e radical das condições materiais que podem servir de alicerce para a construção de uma nova sociedade.

Enquanto isso, a ganância e a voracidade dos verdadeiros destruidores mantêm-se impunes, pois o sistema continua obedecendo a suas “leis”. Ou seja: o processo de acumulação, que é vital ao sistema, pode seguir seu curso, sem entraves, e o processo de monopolização também não encontra qualquer impedimento pela frente.

Falar da preservação da natureza permite diversos enfoques e diferentes formas de tratá-los. O assunto diz respeito direta e concretamente ao ser humano, que é natureza, e sua destruição põe em risco a própria continuidade da existência do ser humano sobre a face da terra.

Em certa medida, o ministro do Desenvolvimento Exterior da Grã-Bretanha, Christopher Patten — que esteve em São Paulo alguns dias depois da *British Petroleum* haver queimado enormes extensões de floresta em Rondônia —, foi direto ao ponto ao afirmar que “a maior poluição é a pobreza; por isso, sem uma solução para a dívida externa brasileira não haverá como resolver o problema do meio ambiente do país”¹⁶.

Nessa perspectiva, Hélio Jaguaribe foi enfático ao afirmar que “são berrantes os contrastes sociais: 65% das pessoas que trabalham recebem apenas uma remuneração mensal de até um salário mínimo” — que mal chega aos 30 dólares mensais, acrescenta-se — e ao propor um compromisso inadiável: “o resgate de mais de 53 milhões de brasileiros para condições de vida minimamente dignas e compatíveis com as aspirações de uma nação que se quer civilizada”¹⁷.

A miséria sem par de grande parte da população, isto é, a destruição de grande parte da população compulsoriamente jogada ou mantida na marginalidade ou na miséria, caminha *vis-à-vis* com a destruição desenfreada dos recursos do País. O processo continua sendo dúplice, portanto. A destruição do ser humano e a dos recursos naturais não se dissociam. No país em que “quebrar um galho” é sinônimo de coisa boa, a marginalização do ser humano está implícita no ecologismo. Não se destrói a natureza e o meio ambiente para beneficiar o ser humano. O ser humano integral, sem distinções preconceituosas, como raça, e sem diferentes valorações, como classe social, por exemplo. A destruição do ser humano anula *ab initio* qualquer valor de algum pretense ecologismo. Este, só tem sentido se for para valorizar o ser humano socialmente igualitário.

Julius Nyerere, ex-presidente da Tanzânia, vê a questão em termos de uma perspectiva global africana:

Até há pouco a África considerava a consciência ecológica como um assunto americano ou europeu. Havia uma tendência de se considerar o discurso sobre a proteção do meio ambiente como parte de uma conspiração no sentido de protelar o moderno desenvolvimento no nosso continente. Nesse meio tempo, no entanto, também nós descobrimos que consciência ecológica e desenvolvimento devem ser associados se se pretende um desenvolvimento realista e duradouro.¹⁸

Mas, se no âmbito do capitalismo não se reúnem condições de solução para o problema, isto ocorre porque o imediatismo suplanta qualquer estratégia mediata possível, isto é, o capitalismo não tem condições de se distinguir de suas “leis” — acumulação, monopolização; na verdade, não se desprende destas suas “leis”. Estas, por sua vez, ativam seu contraponto direto, ou seja, a ação humana que se realiza, sem entraves legais, na direção do completo fluir da ganância e voracidade. O paradoxo está, pois, no fato de que as próprias leis referidas constituem-se, em essência, em “não-lei”¹⁹. Daí sua essencial contradição, pois, teoricamente e *a priori*, interessaria ao próprio sistema superar o problema, já que o desaparecimento da mão-de-obra e dos consumidores implicaria — desde a ótica exclusiva do sistema, é óbvio — o desaparecimento das possibilidades de acumulação de capital, vale dizer, do seu próprio dinamismo, da sua própria existência, enfim.

Mas, no fundo, corresponde às vítimas-alvo das campanhas acima referidas o papel de se mobilizarem para a reversão do processo. Compete, em suma, à reação popular romper a contradição intrínseca ao sistema, suplantando sua intenção e alterando a direção do processo. O resultado pode, portanto, ser diferente dos propósitos.

Até certo ponto, o mesmo vale para a realidade externa ao campo capitalista, pois, se tomarmos o exemplo de Chernobyl (1986), poder-se-á concluir que acidentes, por incúria ou desleixo, são passíveis de acontecer em sociedades onde as responsabilidades das decisões políticas estão concentradas em cúpulas burocratizadas, descoladas das bases sociais.

Mais além, a questão alcançaria um invulgar dimensionamento de relações internacionais que podem, freqüentemente, envolver nações orientadas por diferentes sistemas sócio-econômicos. Como alterar, por exemplo, o modelo de desenvolvimento da Tchecoslováquia, onde todo o sistema industrial repousa na fonte energética do carvão, matéria-prima poluidora por excelência, e que provoca as chuvas ácidas que estão destruindo as florestas da Europa Ocidental? Os efeitos sobre a Floresta Negra, no sul da Alemanha Federal, por exemplo, são já por demais conhecidos. E como a questão envolve em sua globalidade a sobrevivência da humanidade e a destruição do planeta, expõe novos componentes e novos ângulos para a discussão, apontando até para a necessidade de sua superação, o que requer, desde logo, na atualidade, um dimensionamento ao nível das relações internacionais.

A propósito, um primeiro exemplo de entendimento internacional está dado pelo Tratado de Montreal, assinado por 31 países em 1987, e que limitará de modo significativo o uso dos clorofluorcarbonos (CFC). A expedição de Susan Solomon à Antártida, em 1986, fizera a primeira análise abrangente da estratosfera do continente, comprovando que os CFC desempenhavam um papel importante na destruição da camada de ozônio²⁰.

As conclusões a que a expedição chegou acabaram ensejando, naturalmente, discussões entre os países industrializados e o Programa Ambiental da ONU, que prepararam, então, o terreno para o Tratado de Montreal. Este pede, ainda que de modo tímido, o congelamento da produção dos CFC nos níveis de 1986 a partir de 1990, seguido por uma redução de 50% nas emissões do CFC por volta do final do século. Para o jornalista Cass Robertson, do *Washington Post*, o tratado tem sua importância. "Imperfeito como se mostra, o acordo é histórico. Trata-se da primeira tentativa internacional de controlar um poluente do ar, um reconhecimento tácito de que nenhuma nação por si mesma pode proteger os recursos mundiais com os quais contam todos os países."²¹ Um aspecto positivo adicional é que o tratado prevê nova reunião em 1990, para avaliar a situação do ozônio global.

Mas a magnitude do problema exige que o horizonte visual da cidadania transcenda a limitação dos pequenos avanços dos tratados internacionais. A partir daí, a alteração global do processo destrutivo só pode, de fato, ocorrer a partir da reação popular. E o partido que conseguir aglutiná-la e funcionar como vanguarda terá, necessariamente, de contemplar todo o amplo espectro dos interesses sociais no qual o ecológico está, é óbvio, embutido.

Carece de sentido, destarte, o ecológico isolado da preocupação fundamental com o ser humano. Carece de sentido porque fadado ao fracasso. Nesse caso, quixotesca, não resolverá nem os problemas ecológicos em si, nem os do ser humano, que, aliás, no seu sentido mais profundo, não se dissociam.

Desta forma, só uma ação anulativa das fontes impulsionadoras de suas incontroláveis características intrínsecas pode conseguir a libertação dos seres humanos desta camisa de força em que o sistema hoje os coloca, para que se chegue a um patamar em que as riquezas e reservas que o planeta encerra possam ser socialmente usadas e socialmente recicladas ou repostas.

Notas

* Agradeço a leitura crítica e as sugestões dadas por Eugênia Wagner.

Werner Altmann — Historiador, professor de história da América Latina na Universidade de São Paulo (USP).

1 MARX, K. *O Capital*. São Paulo, Abril, 1984, v. 1, t. 2, p. 285.

- 2 MYRDAL, G. *Tendências actuais de las relaciones económicas internacionales en el mundo soviético*. México, Fondo de Cultura Económica, 1956, p. 240.
- 3 AB'SABER, A. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia — questões de escala e método. *Estudos Avançados/USP*, n. 5. São Paulo, 1989. p. 19.
- 4 MATA Atlântica: extinção em três anos. *Zero Hora*. Porto Alegre, 14 set. 1989, p. 22.
- 5 QUEIMA de madeira na Amazônia em 88 custou US\$9,1 bilhões ao país. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2 ago. 1989.
- 6 V. nota 4.
- 7 FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 30 maio 1989.
- 8 Idem.
- 9 KAMPMANN, S. *Robin Wood Aktuell*. Bremen, set. 1988 (encarte).
- 10 BIÓLOGO americano diz que Amazônia tem de ser salva no máximo em 10 anos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1 set. 1989.
- 11 LEITE, M. Alemanha ensaia uma perestroika ecológica. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 17 ago. 1989. p. G-3.
- 12 LEITE, M. Idem, *Ibidem*.
- 13 LEITE, M. Idem, *Ibidem*.
- 14 ESPECIALISTA defende ecologia como preocupação das empresas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 20 set. 1989, p. G-2.
- 15 SEIDL, A. C. Imprensa britânica adere ao movimento verde. *Folha de S. Paulo*. 20 set. 1989, p. G-3
- 16 FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 5 jul. 1989.
- 17 JAGUARIBE, H. et alii. *Brasil — reforma ou caos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 76.
- 18 GREENPEACE NACHRICHTEN. Hamburgo, 4. trimestre 1989, p. 30.
- 19 A ganância e a voracidade inerentes, em maior ou menor medida, ao ser humano estão na base da acumulação de capital. Lembre-se o papel fundamental do calvinismo em reconhecer, nos primórdios do capitalismo, estas características como inseparavelmente ligadas ao ser humano e em não condená-las como “pecaminosas”, como o fazia o ethos medieval. Ver: WEBER, M. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Barcelona, Ed. Península, 1973.
- 20 SALVEMOS o ozônio. *Diálogo*. Washington, 22(1): 64ss, 1989.
- 21 Idem, p. 69.